

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Reapresentação das Informações

**Trimestrais - ITR em 30 de setembro de 2010 e
relatório de revisão dos auditores independentes**

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Mills Estrutura e Serviços de Engenharia S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Mills Estrutura e Serviços de Engenharia S.A. (a "Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais, acima referidas, para que estas estejam de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Demonstração Financeira Intermediária, emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board, aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 4 Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à preparação de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.
- 5 Conforme mencionado na Nota 2 (a), a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Deliberação CVM nº 603/09, facultou que as companhias apresentassem suas Informações Trimestrais durante o exercício de 2010 com base nas normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009, desde que posteriormente essas Informações Trimestrais fossem reapresentadas, incluindo cifras comparativas, para atendimento às novas normas. Nestes termos, as presentes Informações Trimestrais - ITR diferem das originalmente divulgadas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balanco patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	Em 30 de	Em 31 de	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Em 30 de	Em 31 de
		setembro	dezembro			setembro	dezembro
		de 2010	de 2009			de 2010	de 2009
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.786	1.575	Fornecedores		28.606	11.713
Títulos e valores mobiliários	6	192.144	-	Empréstimos e financiamentos	11	45.970	56.811
Contas a receber	7	107.090	71.504	Salários e encargos sociais		26.150	14.716
Estoques		3.944	1.382	Imposto de renda e contribuição social	14	3.169	74
Tributos a recuperar	8	20.332	25.727	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	16	699	786
Despesas do exercício seguinte		902	218	Tributos a pagar		4.361	4.023
Outros ativos		10.735	4.051	Participação nos lucros a pagar	13	10.948	13.824
		339.933	104.457	Dividendos propostos		-	16.242
				Outros passivos		7.399	1.251
						127.302	119.440
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	7	4.020	4.413	Empréstimos e financiamentos	11	96.526	127.127
Tributos a recuperar	8	4.435	173	Tributos a pagar		257	375
Tributos diferidos	14	8.126	10.038	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	16	9.789	11.008
Depósitos judiciais	15	6.360	5.960	Contas a pagar - Plano de ações	13	-	583
		22.941	20.584	Provisão para contingência	15	9.077	8.527
				Outros passivos		897	593
						116.546	148.213
Investimentos				Total do passivo		243.848	267.653
Imobilizado	9	495.791	275.988	Patrimônio líquido			
Intangível	10	39.621	39.265	Capital		523.453	80.681
		535.412	335.837	Reservas de lucros	17	70.031	86.232
				Reservas de capital	17	(8.089)	5.728
				Ajuste de avaliação patrimonial	17	(4.179)	
				Lucros acumulados	17	73.222	
				Total do patrimônio		654.438	172.641
Total do ativo		898.286	440.294	Total do passivo e patrimônio líquido		898.286	440.294

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações trimestrais .

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		01/07/10 <i>a</i> 30/09/10	01/01/10 <i>a</i> 30/09/10	01/7/09 <i>a</i> 30/09/09	01/01/09 <i>a</i> 30/09/09
	Nota				
Receita líquida de vendas e serviços	19	148.881	395.667	102.703	289.630
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	<u>(70.489)</u>	<u>(178.318)</u>	<u>(43.398)</u>	<u>(118.651)</u>
Lucro bruto		<u>78.392</u>	<u>217.349</u>	<u>59.305</u>	<u>170.979</u>
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(35.455)</u>	<u>(100.704)</u>	<u>(29.262)</u>	<u>(80.621)</u>
Lucro operacional		<u>42.937</u>	<u>116.645</u>	<u>30.043</u>	<u>90.358</u>
Receitas financeiras	21	7.090	13.854	235	664
Despesas financeiras	21	<u>(7.180)</u>	<u>(19.955)</u>	<u>(5.732)</u>	<u>(18.803)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(90)</u>	<u>(6.101)</u>	<u>(5.497)</u>	<u>(18.139)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.847	110.544	24.546	72.219
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(14.392)</u>	<u>(37.322)</u>	<u>(7.979)</u>	<u>(23.579)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>28.455</u>	<u>73.222</u>	<u>16.567</u>	<u>48.640</u>
Quantidade de ações no final do período (em milhares)		124.611	124.611	87.220	87.220
Lucro básico por ação - R\$ (nota 18 (a))	18	<u>0,23</u>	<u>0,59</u>	<u>0,19</u>	<u>0,56</u>
Lucro diluído por ação - R\$ (nota 18 (b))	18	<u>0,22</u>	<u>0,58</u>	<u>0,18</u>	<u>0,55</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital</u>		<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste avaliação Patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Legal</u>	<u>Para investimento</u>			
Em 31 de dezembro de 2009	81.003	(322)	5.728	3.419	77.444	5.369		172.641
Integralização de capital		322						322
Aumento de capital - capitalização reserva de expansão	16.201				(16.201)			-
Aumento de capital - emissão de ações - IPO	408.939							408.939
Aumento de capital - emissão de ações -Exterior	17.310							17.310
Custo com emissão de ações			(14.462)					(14.462)
Premio de Opções de Ações			319					319
Resultado abrangente do período - hedge de fluxo de caixa						(508)		(508)
Lucro líquido do período							44.767	44.767
Em 30 de junho de 2010	523.453	-	(8.415)	3.419	61.243	(508)	44.767	629.328
Custo com emissão de ações			(197)					(197)
Premio de Opções de Ações			523					523
Resultado abrangente do período - hedge de fluxo de caixa						(3.671)		(3.671)
Lucro líquido do período							28.455	28.455
Em 30 de setembro de 2010	523.453	-	(8.089)	3.419	61.243	(4.179)	73.222	654.438

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	01/07/2010 a 30/09/2010	01/01/2010 a 30/09/2010	01/07/2009 a 30/09/2009	01/01/2009 a 30/09/2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	42.847	110.544	24.546	72.219
Ajustes				
Depreciação e amortização	12.969	32.505	7.656	21.717
Provisão para contingências	550	550	475	1.072
Provisão para despesa com opções de ações	523	259	944	2.975
Participação de lucros	3.174	10.948	1.140	7.745
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	3	-	-	-
Ganho na alienação dos ativos imobilizados e intangível	(4.321)	(10.018)	2.365	-
Rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários	(6.632)	(12.806)	(3.065)	(3.065)
Juros, var. monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e Depósitos judiciais	5.271	16.150	5.470	18.079
Parcelamento especial - Lei 11.941/2009	(1.305)	(1.305)	(0)	(0)
	10.232	36.283	14.985	48.523
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(10.321)	(35.193)	(8.199)	(18.730)
Estoques	(1.504)	(2.562)	56	(827)
Tributos a recuperar	(13.647)	6.454	(353)	(320)
Depósitos judiciais	14	(401)	564	564
Outros ativos	(3.860)	(7.368)	(289)	(581)
Fornecedores	7.593	16.893	408	(973)
Salários e encargos sociais	4.938	11.434	2.408	4.842
Tributos a pagar	(1.912)	(492)	776	2.959
Outros passivos	248	2.078	(343)	(249)
	(18.451)	(9.157)	(4.972)	(13.315)
Caixa proveniente das operações	34.628	137.670	34.559	107.427
Participação nos lucros paga	29	(13.824)	(244)	(8.523)
Juros pagos	(2.542)	(13.753)	(2.802)	(12.343)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.471)	(23.276)	(6.165)	(21.062)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	30.645	86.817	25.348	65.499
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e Valores mobiliários	113.384	(179.337)	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(119.869)	(268.501)	(30.490)	(53.665)
Receita de venda de ativo imobilizado e intangível	5.377	11.494	990	3.855
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.108)	(436.344)	(29.500)	(49.810)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aportes de capital	-	426.571	1	82
Custo com emissões de ações	(197)	(14.659)	-	-
Dividendos e JCP pagos	-	(15.527)	-	(7.476)
Amortização de empréstimos	(30.988)	(88.781)	(7.611)	(27.791)
Ingressos de empréstimos	3.302	45.135	17.464	26.067
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	(27.883)	352.739	9.854	(9.118)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.654	3.212	5.702	6.571
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.133	1.575	2.627	1.758
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.787	4.787	8.329	8.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações trimestrais .

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil e manutenção industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Aluguel e vendas, inclusive exportação, de estruturas para construção civil em aço e alumínio, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento opcional dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Aluguel, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.
- (d) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópios, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

A reemissão dessas Informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 11 de maio de 2011.

Reorganização societária

Até 31 de dezembro de 2008, o Grupo Mills era formado pelas seguintes empresas: Mills Andaimes Tubulares do Brasil S.A. ("MAT"), Mills Indústria e Comércio Ltda. ("MIC") e pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

No início de 2009, a Companhia passou por um processo de reorganização societária, que inclui (i) transformação em sociedade por ações de capital fechado, aprovada em 29 de janeiro de 2009, e (ii) a incorporação das sociedades MIC, MAT e a Itapoã Participações S.A. ("Itapoã"), aprovada em 30 de janeiro de 2009.

2 Apresentação das Informações trimestrais

2.1 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Apresentação das informações trimestrais

Conforme facultado pela Deliberação CVM no. 603/2009, a administração da Companhia apresentou inicialmente as informações trimestrais do exercício de 2010 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Tal deliberação permitia que as informações trimestrais do exercício de 2010 fossem reapresentadas juntamente as demonstrações financeiras anuais de 2010. No entanto, a CVM publicou em 25 de janeiro de 2011 a Deliberação CVM no. 656/11 que alterou a Deliberação CVM no. 603/2009, postergando a apresentação das informações trimestrais até a apresentação do primeiro ITR de 2011. A Companhia decidiu utilizar desta prerrogativa, e, portanto as informações trimestrais de 2010 não foram divulgadas

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

juntamente com essas demonstrações financeiras. A aplicação dos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC durante 2010, não geraram efeitos nos patrimônios líquidos e resultados da Companhia para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010.

A Companhia optou pela adoção do CPC 21 - Demonstração Intermediária, vigente a partir de 1º de janeiro de 2010 na preparação das informações trimestrais estando estas em conformidade com o referido pronunciamento. Dessa forma, as informações trimestrais (ITRs) estão sendo reenviadas a CVM demonstrando a adoção desse CPC de maneira retroativa até a data de transição das normas em 01 de janeiro de 2009.

As presentes ITRs foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

(b) Base de mensuração

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (Nota 22);
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 22);

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(e) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Isenções adotadas

O CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade permite algumas isenções na aplicação retrospectiva dos requerimentos dos CPCs para o exercício findo em dezembro de 2010. A Companhia aplicou a seguinte isenção:

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CPC 15 - A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 15 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009, data de transição.

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia:

- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações deste tipo;
- ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que a Companhia não possui subsidiárias coligadas e joint ventures;
- instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção da contabilização de hedge

A administração utilizou a contabilização de *hedge* a partir de 1º de janeiro de 2009 somente nos casos em que a relação de *hedge* atendia aos critérios de contabilização de *hedge* do CPC 38/IAS 39 naquela data.

(b) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

2.3 Principais práticas contábeis

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros afins. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, além de limites utilizados de conta garantida.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia o incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira.

São representados por títulos e valores mobiliários de liquidez imediata junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI com reconhecimento dos rendimentos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores contábeis desses títulos e valores mobiliários, uma vez indexados ao CDI, se aproximam substancialmente de seus valores justos.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Impairment de ativos financeiros ao custo amortizado

A companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(e) Atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de "hedge" de fluxo de caixa.

(e.1) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados.

No ano de 2009 até junho de 2010 o ganho ou perda relacionada com as operações de hedge eram reconhecidas no resultado visto que a documentação acima descrita não havia sido preparada.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 22.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para impairment). A provisão para impairment é constituída quando há evidência objetiva que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Tal provisão é calculada com base na análise de risco de créditos, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das Informações trimestrais que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76, antes das alterações da Lei nº 11.638/07.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

(vi) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 14).

(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas das empresas, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 8, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada data de encerramento do balanço. Nas avaliações e mensurações feitas pela empresa as vidas úteis utilizadas tem se mostrado como aproximações bastante acuradas do real desgaste dos equipamentos e bens.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(viii) Intangíveis

Programas de computador (Software)

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos (Nota 9).

(ix) Ágio

Refere-se ao ágio apurado na aquisição da Jahu e Kina pela diferença entre o valor de compra e o valor contábil dos ativos e passivos. Esse ágio está fundamentado em rentabilidade futura e foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 01 de janeiro de 2009, o ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment).

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(x) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

(xi) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xii) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para contingências estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada contingência (Nota 14). A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. Sobre as provisões para contingências, são incidentes atualizações mensais pelo índice de correção da taxa SELIC. Os incrementos de provisão são reconhecidos como despesas operacionais no resultado.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xiii) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados distribuído é de 25% do EVA (lucro operacional após impostos, deduzido da remuneração do capital próprio).

(xiv) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a empregados e executivos plano de remuneração com base em opções de ações, convertidas em ações ordinárias da Companhia quando da realização da Oferta Pública Inicial de Ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xv) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo saldo da dívida, incluindo os juros apropriados do período, conforme as condições contratuais firmadas com cada instituição financeira. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das Informações trimestrais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(xvi) Arrendamento mercantil

A Companhia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Companhia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro.

No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil.

(xvii) Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

(xviii) Capital Social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xx) Reconhecimento de receita

A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita de locação é reconhecida pró-rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu fair value. Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/ recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxi) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(xxii) Novas normas e interpretações ainda não em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

As principais normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

- Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez - Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.
- Aprimoramentos aos IFRS em 2010 - Diversos aprimoramentos foram efetuados para o IFRS 2010. As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 10 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz nova exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.
- IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos (Alteração ao IFRIC 14) - As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado..
- Alteração do IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações" - emitida em outubro de 2009, a alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia ainda avaliará o impacto total das novas normas, interpretações e alterações de normas em suas demonstrações financeiras, porém não espera impactos significativas quando dessas adoções

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 12.

3.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, stock option, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre das futuras importações de equipamentos, principalmente manipuladores telescópicos e formas.

A Companhia tem como política eliminar 100% do risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de swap com instituições financeiras com fins de hedge. Todos esses contratos prevêm a simples troca de índices por meio da qual a instituição financeira assume o risco cambial e a Companhia, em contrapartida, se obriga a pagar uma taxa de juros sobre o valor nominal (correspondente ao valor original do passivo em moeda estrangeira).

(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia é denominado em reais, sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como política de gestão a Companhia não adota a utilização de nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Esse é um risco de mercado devido a condições macroeconômicas e regulatórias inerente a todas as companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 22 (d).

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e serviços devidos por seus clientes, por períodos de vencimento que variam, normalmente, de 30 a 45 dias, com prazo de recebimento, em média, de 50 dias. Desta forma, está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Os índices de inadimplência são relativamente baixos, o que pode ser atribuído ao longo histórico de relacionamento com clientes e, no caso das Divisões Jahu e Rental, uma base pulverizada de clientes e projetos. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados, individualmente, cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa. A Companhia não adota a prática de obter dos seus clientes garantias financeiras para gerenciamento de risco de créditos.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como política utilizar somente instituições financeiras de primeira linha classificadas como "investment grade". A administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

4.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 30 de setembro de 2010				
Empréstimos e Financiamentos	(23.415)	(21.433)	(28.990)	(6.526)
Obrigações com arrendamento financeiro	(29.531)	(28.748)	(38.615)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(3.854)	(691)		
Fornecedores	28.606			
Em 31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e Financiamentos	42.467	38.123	52.954	
Obrigações com arrendamento financeiro	23.704	26.354	57.471	
Instrumentos financeiros derivativos	(263)			
Fornecedores	11.713			

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

5 Caixa e equivalente de caixa

	<u>30 de Setembro 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Caixa	276	148
Bancos	4.510	1.371
Aplicações financeiras		56
	<u>4.786</u>	<u>1.575</u>

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários em 30 de setembro de 2010 referem-se, basicamente, a operações compromissadas de liquidez imediata junto aos Bancos Santander e Votorantim e são derivadas das captações efetuados quando da abertura do capital (IPO). O rendimento dessas operações foi de R\$ 12.806 no período.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	30 de setembro 2010	31 de dezembro de 2009
Divisão construção	45.031	34.729
Divisão Jahu	12.704	7.608
Divisão manutenção e montagem	41.406	27.826
Divisão aluguel (Mills Rental)	14.292	7.002
Eventos	6.845	7.500
	<u>120.278</u>	<u>84.665</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(8.480)</u>	<u>(7.767)</u>
	<u>111.798</u>	<u>76.898</u>
Ajuste valor presente	<u>(688)</u>	<u>(981)</u>
	<u>111.110</u>	<u>75.917</u>
Circulante	<u>107.090</u>	<u>71.504</u>
Não circulante	<u>4.020</u>	<u>4.413</u>

A variação das contas a receber no período reflete o aumento das operações da Companhia. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

(*) A provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos clientes.

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	30 de setembro 2010	31 de dezembro de 2009
Saldo inicial	7.767	4.186
Provisão para impairment de contas a receber	951	3.895
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(214)	(254)
Valores recebidos	<u>(24)</u>	<u>(60)</u>
Saldo final	<u>8.480</u>	<u>7.767</u>

Em 30 de setembro de 2010, contas a receber de clientes no total de R\$ 8.480 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 7.767) estavam impaired e provisionadas. As contas receber individualmente impaired referem-se principalmente a clientes que encontram-se em situação econômica difícil.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	<u>30 de setembro 2010</u>	<u>31 dezembro de 2009</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a compensar (*)	20.835	18.561
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a compensar	162	4.753
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a compensar	1.040	517
Outros	<u>2.730</u>	<u>2.069</u>
	<u>24.767</u>	<u>25.900</u>
Circulante	<u>20.332</u>	<u>25.727</u>
Não circulante	<u>4.435</u>	<u>173</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado e os mesmos serão compensados com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2013. Em 2009 a Companhia modificou a forma de aproveitamento dos créditos desse tributos passando a creditar-se em 1/48 avos ou 1/12 avos, de acordo com a legislação aplicável, ao invés de beneficiar-se pelo período de depreciação do ativo imobilizado, prática adotada até 2008.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

9 Imobilizado

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamentos de locação a imobilizar	Total Equipamentos de locação	Benfeitorias propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total bens uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto													
Saldos em 31 de dezembro de 2009	285.259	90.155	9.187	384.601	4.589	8.433	4.878	774	584	3.571	653	23.482	408.083
Aquisição	148.960	4.147	108.367	261.474	1.437	-	1.141	392	326	684	2.377	6.357	267.831
Alienação	(4.667)	(431)	-	(5.098)	(52)	-	(5)	-	-	(1)	-	(58)	(5.156)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(14.360)	-	-	(14.360)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.360)
Transferências	75.911	7.011	(82.961)	(39)	34	-	-	-	-	-	-	34	(5)
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>491.103</u>	<u>100.882</u>	<u>34.593</u>	<u>626.578</u>	<u>6.008</u>	<u>8.433</u>	<u>6.014</u>	<u>1.166</u>	<u>910</u>	<u>4.254</u>	<u>3.030</u>	<u>29.815</u>	<u>656.393</u>
Depreciação acumulada													
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(109.581)	(13.847)	-	(123.428)	(1.358)	(674)	(3.406)	(328)	(469)	(2.432)	-	(8.667)	(132.095)
Depreciação	(23.703)	(7.301)	-	(31.004)	(358)	(75)	(430)	(156)	(18)	(151)	-	(1.188)	(32.192)
Alienação	3.561	65	-	3.626	52	-	1	-	-	1	-	54	3.680
Transferências	5	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>(129.718)</u>	<u>(21.083)</u>	<u>-</u>	<u>(150.801)</u>	<u>(1.664)</u>	<u>(749)</u>	<u>(3.835)</u>	<u>(484)</u>	<u>(487)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>-</u>	<u>(9.801)</u>	<u>(160.602)</u>
Taxas anuais de depreciações - %	10	10			10	4	20	20	10	10			
Imobilizado líquido													
Saldo em 31 de dezembro de 2009	175.678	76.308	9.187	261.173	3.231	7.759	1.472	446	115	1.139	653	14.815	275.988
Saldo em 30 de setembro de 2010	361.385	79.799	34.593	475.777	4.344	7.684	2.179	682	423	1.672	3.030	20.014	495.791

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 **Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), formas (Formas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

A Companhia adquiriu em 2010 diversos equipamentos de locação para aumento de sua capacidade de prestação de serviços, basicamente com recursos originados no processo de abertura de capital e de terceiros.

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta a R\$ 30.995 e R\$ 1.510 em 30 de setembro de 2010 (30 de setembro de 2009 - R\$ 20.615 e R\$ 1.102), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 10).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa análise, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo de avaliação datado de 23 de novembro de 2009, aprovado em Reunião de Diretoria. Em 2010, com o intuito de corroborar a avaliação de seus responsáveis técnicos, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação apurada está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração da taxa de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010 (Nota 26).

Custo atribuído

A Companhia não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1 de janeiro de 2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

10 Intangível

	<u>Software</u>	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Ágio em investimentos</u>	<u>Total intangível</u>
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.007	56	42.317	45.380
Aquisição	667	3	-	670
Alienação	(1)	-	-	(1)
Transferência	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>3.673</u>	<u>59</u>	<u>42.317</u>	<u>46.049</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(1.873)	(10)	(4.232)	(6.115)
Amortização	(309)	(4)	-	(313)
Alienação	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2010	<u>(2.182)</u>	<u>(14)</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(6.428)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	10		
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.134	46	38.085	39.265
Saldos em 30 de setembro de 2010	1.491	45	38.085	39.621

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu e da Kina e portanto o segmento Jahu é considerado a Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável da UGC Jahu foi determinado com base no fluxo de caixa real deste segmento em 2009, antes do imposto de renda e da contribuição social, projetados para um período de dez anos, considerando uma taxa de desconto de 10% a.a. e sem considerar nenhuma taxa de crescimento. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

11 Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro

Os empréstimos foram usados para aquisição de equipamentos sendo indexados ao CDI ou a TJLP.

Os empréstimos indexados ao CDI foram acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano e com amortização de principal e juros em bases mensais.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,2% a 7,0% ao ano e amortizações em bases mensais até 17 de fevereiro de 2020.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Circulante		
Empréstimos bancários	19.063	34.088
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>26.907</u>	<u>22.723</u>
	<u>45.970</u>	<u>56.811</u>
Não circulante		
Empréstimos bancários	45.964	71.745
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>50.562</u>	<u>55.382</u>
Total	<u>96.526</u>	<u>127.127</u>

Empréstimos e financiamentos

	Passivo circulante	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Financiamentos com instituições financeiras (Indexados ao CDI acrescidos de 1% a 4,5% de juros ao ano)	17.086	32.036
Financiamentos com instituições financeiras (Indexados a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano.)	<u>1.977</u>	<u>2.052</u>
	<u>19.063</u>	<u>34.088</u>
	Passivo não circulante	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Financiamentos com instituições financeiras (operação Indexados ao CDI acrescidos de 1% a 4,5% de juros ao ano)	31.522	69.515
Financiamentos com instituições financeiras (operações indexadas a TJLP acrescidos de 0,2% a 7,0% de juros ao ano.)	<u>14.442</u>	<u>2.230</u>
	<u>45.964</u>	<u>71.745</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Garantias concedidas		
Imóvel		
Caução de duplicatas		2.616
Recebíveis	7.360	10.368
Penhor	2.106	35.355
Alienação fiduciária	<u>121.826</u>	<u>107.889</u>
Total das garantias reais	<u>131.292</u>	<u>156.228</u>
Notas promissórias	97.292	87.710

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante podem ser demonstrados como segue:

	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
2010		
2011	4.648	30.487
2012	17.395	24.264
2013	11.411	13.339
2014	6.117	3.655
2015	1.385	
2016	<u>5.008</u>	
	<u>45.964</u>	<u>71.745</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 1,0% a 4,5% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

Instituição financeira	Passivo circulante	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Banco ABN Amro Real S.A.	787	804
Banco Alfa S.A.	7.084	5.282
Banco Bradesco S.A.	4.500	4.186
Banco de Lage	135	126
Banco Dibens	707	
Banco do Brasil	1.242	1.144
Banco Itaú S.A.	2.469	2.012
Banco Rodobens S.A.	0	13
Banco Safra S.A.	357	327
Banco Unibanco S.A.	0	654
Banco Santander S.A.	2.451	2.460
HSBC Bank Brasil S.A.	7.175	5.715
	<u>26.907</u>	<u>22.723</u>
Instituição financeira	Passivo não circulante	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Banco ABN Amro Real S.A.	759	1.239
Banco Alfa S.A.	5.955	6.410
Banco Bradesco S.A.	3.324	10.832
Banco de Lage	8.390	365
Banco Dibens	1.425	
Banco do Brasil	17.270	3.918
Banco Itaú S.A.	5.913	5.449
Banco Safra S.A.	290	483
Banco Unibanco S.A.	0	1.807
Banco Santander S.A.	259	7.767
HSBC Bank Brasil S.A.	6.977	17.112
	<u>50.562</u>	<u>55.382</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os vencimentos das parcelas de longo prazo podem ser demonstrados como segue:

	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
2010		
2011	6.378	21.720
2012	21.445	17.207
2013	15.819	11.999
2014	6.724	4.453
2015	196	3
Total	<u>50.562</u>	<u>55.382</u>

Covenants

Alguns contratos de financiamentos e leasing firmados com o Banco Itaú BBA S.A. estabelecem limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros. Tais parâmetros levam em conta a relação EBITDA versus endividamento líquido, dívida líquida de curto prazo sobre dívida líquida total e despesa financeira líquida sobre EBITDA.

Tais obrigações estão sendo cumpridas.

12 Partes relacionadas

(a) Transações e saldo

Não houve empréstimos entre a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. e seus administradores durante os anos de 2009 e 2010.

(b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	30 setembro de 2010	30 setembro de 2009
Salários e encargos - Diretoria	987	771
Honorários do Conselho de Administração	259	64
Pagamentos com base em ações	113	150
	<u>1.359</u>	<u>985</u>

Em 30 de setembro de 2010 a Companhia mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com determinados membros do conselho de administração e da Diretoria no montante anual de R\$49 (em 30 de setembro 2009 R\$ 20).

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

13 Benefícios a empregados

(a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

(b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela assembléia geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo conselho de administração.

Descrição dos planos

Plano 2002

Este plano foi aprovado pela assembléia geral extraordinária de 1º de agosto de 2002, tendo sido outorgado na mesma data e exercido em 31 de agosto de 2002, e consiste em um mecanismo de compra de ações ordinárias da empresa.

Foram adquiridas 612.157 mil ações da então Mills Andaimos Tubulares do Brasil S.A (MAT), antiga holding do grupo e incorporada pela Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A (ME), em 30 de Janeiro de 2009, equivalentes em 31 de dezembro de 2009 a 3.920 ações da ME, pelo preço ("strike price") de R\$ 2,2632 o milhar de ações. O valor correspondente já foi 100% integralizado e o lock up de 3 anos de prestação de serviço já foi cumprido.

Planos Especiais Top Mills e Plano Especial CEO

Tais planos foram aprovados pelo conselho de administração, em 27 de novembro de 2007, e ratificados em assembléia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2008. Entre 1º de janeiro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 foram outorgadas, ao todo, 140.825 mil opções de compras de ações da antiga empresa MAT, correspondendo, em 31 de dezembro de 2009, a 901 mil opções da ME.

Essas opções serão convertidas em ações, pelo preço de R\$ 12,0294 por milhar, corrigido pelo IPCA entre janeiro de 2008 e a data do seu exercício.

Em contrapartida, os beneficiários ficam obrigados a prestar serviços para a Companhia pelo prazo de 3 anos após a data da oferta pública.

O plano especial Top Mills entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2015, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária.

O plano especial CEO entrou em vigor em 1º de novembro de 2008 e será extinto até 10 de julho de 2012 ou a qualquer tempo, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária.

Plano Ex-CEO

Neste plano foram outorgadas 24.000 mil opções também da antiga MAT em 1º de maio de 2008, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 154 mil opções da ME. Este plano é igual ao plano Top Mills e Especial CEO anteriormente descrito, inclusive no preço de exercício, exceto pelo fato de

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

não existir um "lock up period". O plano já foi exercido e capitalizado em 12 de março de 2010 o correspondente a 154 mil ações.

Plano executivos Mills Rental

O plano foi outorgado em 29 de dezembro de 2008, também com opções da antiga MAT, para os principais executivos da divisão Rental, que iniciou suas atividades em Janeiro de 2008. O exercício das opções está condicionado ao atingimento de metas de EBITDA.

Na primeira etapa do plano foram distribuídas opções equivalentes a U\$\$ 387 mil (trezentos e oitenta e sete mil), condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$ 11 milhões. Na segunda etapa foram distribuídas opções equivalentes a U\$\$ 1.162 (um milhão, cento e sessenta e dois mil dólares) condicionadas ao atingimento de um EBITDA pela divisão de R\$ 22 milhões. A quantidade de opções correspondentes a estes valores foi obtida convertendo-se os valores acima para reais pela taxa do dia de encerramento do exercício onde a meta foi atingida, e dividindo-se o valor em reais pelo valor por ação correspondente a valorização da Mills de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida do mesmo exercício, no qual a meta foi atingida. A esta quantidade é acrescida uma pequena quantidade para fazer o "gross up", correspondente a alíquota de IR fonte de 15%.

O preço de exercício destas opções é de R\$ 3,95 por milhar, atualizado pelo IPCA desde janeiro de 2007, até a data do exercício. Na ocasião da outorga do plano, estava previsto o atingimento da primeira meta em 31 de dezembro de 2008 e para 31 de dezembro de 2009 a segunda meta, resultando na outorga de 137.031 mil opções da antiga MAT, correspondendo em 31 de dezembro de 2009 a 438 mil opções da ME. A primeira meta foi atingida, de fato, em 31 de dezembro de 2008, tendo resultado na emissão e aquisição de 199.853 ações da ME, mediante aumento de capital, na AGE de 1º de outubro de 2009, no valor de R\$ 134 mil. A segunda meta foi atingida e as opções já podem ser exercidas.

O Plano especial Mills divisão Rental entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008 e será extinto em 31 de dezembro de 2013, ou a qualquer tempo, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária.

Plano de opções de compras de ações 2010

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2010, foi aprovado o Plano de Opção de compra de ações de emissão da Companhia. Poderão ser eleitos como beneficiários administradores e empregados em posição de comando da Companhia ou de sociedades sob controle da Companhia. O plano é administrado pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições para o exercício da opção, bem como restrições à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções. As opções de compras de ações, outorgadas no âmbito do plano, poderão conferir direitos de aquisição de até 5% das ações do nosso capital social. Adicionalmente, o plano tem como meta opções de compra de ações, em número que não exceda, em cada ano, a 1% das ações do capital social, na data de aprovação do plano.

O preço das ações ordinárias a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício das opções, será fixado pelo Conselho de Administração, com base na média da cotação das ações na BM&F BOVESPA, ponderada pelo volume de negociação havido no mês, ou nos dois meses anteriores a outorga, corrigido pela inflação de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos pela Companhia, a partir da data da outorga. Excepcionalmente, na primeira outorga, o preço de exercício das opções será baseado no valor de lançamento, das ações no âmbito da oferta, corrigido pela inflação, de acordo com o IPCA, deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação, pagos, a partir da data da outorga. As opções outorgadas nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 1.432 mil opções de ações em 31 de maio de 2010.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As opções de compras vigorarão pelo prazo de seis anos completos, a contar da data de celebração do contrato em 31 de maio de 2010, isto é, até a data de 31 de maio de 2016.

Em 5 de julho 2010 realizou-se a segunda outorga de opções de ações com preço de exercício da primeira distribuição pública de suas ações, isto é R\$ 11,50 corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA, a partir de 5 de julho de 2010 até a data de exercício da Opção de Compra, (iii) deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da outorga. As opções de ações da segunda outorga nos termos deste plano estarão sujeitas a prazo de carência de até 72 meses para a conversão das opções em ações. Foram outorgadas 43 mil opções de ações.

As opções de compra vigorarão pelo prazo de seis anos completos a contar de 05 de julho, isto é até 05 de julho de 2016.

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos referentes à sua componente de patrimônio foram determinadas as volatilidades aplicáveis a cada um, as taxas livres de risco e os "stock prices", com base em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos dívida líquida no período de cada plano e usamos o modelo de Black-Sholes-Merton para cálculo dos valores justos.

Com relação ao plano 2002, como se trata de simples mecanismo de compra de ações ordinárias, as opções, já exercidas, estão integralmente consideradas como instrumentos patrimoniais e registrados na conta de reserva de capital, dentro do patrimônio líquido.

Para os demais planos concedidos até 2009 a Companhia classificou os planos como instrumento compostos uma vez que os mesmos incluem um componente de dívida (direito/possibilidade de receber o pagamento em dinheiro na não ocorrência da oferta pública) e um componente de capital (direito/possibilidade de receber o pagamento em instrumento de patrimônio em ocorrência de oferta pública) no qual a escolha de liquidação está fora do controle da Companhia e do beneficiário. Para precificação do valor justo da parcela de dívida foi considerado o quanto a Companhia desembolsaria, a valor presente, conforme o múltiplo de EBITDA, descrito acima, ponderado pela probabilidade de ocorrência do evento de oferta pública de ações, sendo o valor resultante contabilizado no passivo exigível de longo prazo. A oferta pública ocorreu em 14 de abril de 2010, portanto não existe parcela de dívida a partir dessa data.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o ano de 2010, foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, de R\$ 3,86 (1ª outorga) e 5,49 (2ª outorga) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 11,95 (1ª outorga) e 14,10 (2ª outorga) na data da concessão, preço do exercício de R\$11,5 (1ª e 2ª outorgas) volatilidade de 31% mensurada pelo histórico do EBITDA da companhia, rendimento de dividendos de 1,52% (1ª outorga) e 1,28 % (2ª outorga), uma vida esperada da opção correspondente a quatro anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,6% e 6,37% respectivamente.

A parcela de patrimônio foi precificada apenas no momento da outorga e não sofre remensurações de valor justo a cada data de balanço. As parcelas de patrimônio e de dívida são apropriadas plano a plano, considerando seus respectivos períodos de "lock up", com base na melhor estimativa da administração quanto a data final dos mesmos. O período de "lock up" considerado pela administração considerou o cenário de realização de oferta pública em 2010.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos em cada exercício nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados dos exercícios.

	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Plano 2002		
Reservas de capital	1.446	1.446
Capital subscrito	-	573
Capital a integralizar	-	(255)
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e Ex-CEO		
Probabilidade de ocorrência da oferta de ações	NA	95%
Reservas de capital	679	418
Parcela de dívida (passivo de longo prazo)	-	309
Total dívida + reserva	679	727
Número de opções a exercer (milhares)	901	1.055
Número de opções exercidas (milhares)	154	
Plano executivos Mills Rental		
Probabilidade de ocorrência da oferta de ações	NA	95%
Reservas de capital	3.865	3.864
Parcela de dívida (passivo de longo prazo)	-	275
Total dívida + reserva	3.865	4.138
Número de opções a exercer (milhares)	238	658
Número de opções exercidas (milhares)	199	219
Capital subscrito	-	134
Capital a integralizar	-	(67)
Plano 2010		
<i>Reserva de capital</i>	<i>580</i>	-
<i>Número de opções a exercer (milhares)</i>	<i>1.431</i>	-
Total registrado como dívida	-	<u>583</u>
Total registrado como patrimônio (acumulado)	6.570	5.728
Efeito no resultado	(258)	(4.060)

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva esta demonstrada a seguir:

	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	110.544	72.220
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(37.585)	(24.555)
Efeito na despesa de imposto de renda e contribuição Social decorrente dos ajustes ao lucro líquido		
Juros sobre capital próprio	277	(495)
Provisões indedutíveis	(14)	1.471
Outros	<u>(14)</u>	<u>1.471</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	<u>(37.322)</u>	<u>(23.579)</u>
Alíquota efetiva	34%	32%
Imposto de renda corrente	35.410	23.071
Imposto de renda diferido	1.912	508

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

A composição dos valores relativos ao imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

Natureza	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Ágio Itapoã (*)	4.228	5.369
Ajuste valor presente	234	334
Outras provisões	136	135
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	976	1.440
Arrendamento financeiro	3.294	2.475
Provisões para contingências	3.250	3.163
Derivativos swap	1.044	
Ágio Jahu (*)	<u>(5.036)</u>	<u>(2.878)</u>
Crédito fiscal líquido	<u>8.126</u>	<u>10.038</u>

(*) Os créditos e débitos fiscais de IR e CSLL, são compostos pelo benefício das reorganizações societárias, envolvendo as incorporações da Itapoã e da Jahu, relativo à diferença temporária pela não amortização contábil do ágio gerado na aquisição.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para contingências	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu	Pela alienação do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 30 de setembro de 2010

	<u>IR e CSLL diferidos ativos/ passivos</u>
2011	3.360
2012	2.978
2013	2.266
2014	1.457
2015	1.456
A partir de 2016	<u>(3.391)</u>
	<u>8.126</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008 a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT, que em 2010, passou a ser obrigatório.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

15 Contingências e depósitos judiciais

(a) Composição das contingências

Nas datas das Informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

	Provisão para contingências	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	203	909
PIS/COFINS - locação		
Responsabilidade cível	322	803
Reclamações trabalhistas	1.420	1.420
IRPJ/CSLL - Jahu	4.902	4.708
Fator Acidentário Previdenciário - FAP	1.420	
Outros	810	687
	<u>9.077</u>	<u>8.527</u>

(b) Composição dos depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	383	383
PIS/COFINS- locação		
ISS - locação	3.810	3.810
Responsabilidade cível		
Reclamações trabalhistas	1.099	1.011
IRPJ/CSLL - Jahu		
Outros	1.068	756
	<u>6.360</u>	<u>5.960</u>

(c) Natureza das contingências

A Companhia vem questionando judicialmente o pagamento de diversos tributos com base, principalmente, no argumento de inconstitucionalidade de sua criação e cobrança.

Com base na posição de seus consultores jurídicos externos, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para as sociedades e a administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais contingências em discussão podem ser resumidas como segue:

(i) INSS

Em 2001 e 2005, a sociedade sofreu autuações referentes ao recolhimento de valores supostamente não recolhidos a títulos de contribuições previdenciárias, e com base na posição de seus consultores jurídicos externos a administração manteve uma provisão de R\$ 203 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 909).

Tendo em vista a mudança de prognóstico motivada pela sentença de 1º grau publicada em 30 de novembro de 2009, a Companhia complementou a provisão totalizando um valor atualizado em 30 de setembro de 2010 de R\$ 743 em relação à discussão envolvendo o arbitramento de parte da NFLD nº 35.102.800-5 cujo objeto é o débito devido a título da contribuição adicional ao SAT destinada ao financiamento da aposentadoria especial. Este débito foi incluído no parcelamento especial - Lei nº 11.941/2009

(ii) Processos trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. As chances de sucesso são consideradas favoráveis na maioria dos processos e, baseada na posição dos consultores jurídicos externos das sociedades, é mantida uma provisão somente para aqueles julgados como de perda provável.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

A antiga Jahu foi autuada por depreciar seus bens em cinco anos e por indedutibilidade de despesas com prestadores de serviço, além de imposto de renda na fonte sobre os valores pagos aos mesmos. A Jahu possuía laudo técnico que amparava a depreciação em cinco anos, e por conta disto os advogados classificam como remotas as chances de perda. Os demais valores que compõem o referido auto no montante de R\$ 4.902, valor atualizado em 30 de setembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 4.708), foram provisionados, pois neste caso a chance de êxito, é considerada remota.

(iv) Processos de responsabilidade cível

A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. Amparada por seus consultores jurídicos externos, a administração constituiu em 30 de setembro de 2010 uma provisão de R\$ 322, para as perdas consideradas prováveis.

(v) ISS sobre locação de bens móveis

Em outubro de 2001, a Companhia ingressou com ações nos diversos municípios em que atua, visando recuperar o ISS recolhido desde 1991 sobre locação de bens móveis. As ações encontram-se em curso, no aguardo de decisão judicial. Após a edição da Lei Complementar nº 116/2003, a partir de agosto de 2003, a Mills interrompeu o recolhimento de ISS sobre locação de bens móveis, continuando a tributar a cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário.

Já a antiga Jahu ingressou com ações questionando a incidência do ISS na locação de bens móveis, e passou a depositá-lo judicialmente, mesmo após a Lei nº 116/2003. Não existem provisões para este depósito, em virtude da probabilidade de êxito ser possível.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

16 Programa de recuperação fiscal (Refis)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004).
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004).
 - (iv) INSS- Contribuição adicional ao SAT

Os valores relativos a Pis/Cofins, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1º Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundariam as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

17 Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2010 é representado pelo valor de R\$ 523.453(31 de dezembro de 2009 - R\$ 81.003 subscrito e R\$ 322 a integralizar) dividido em 124.611 mil (31 de dezembro de 2009 - 87.421 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, de 12 de março de 2010, os acionistas deliberaram sobre o aumento do capital da Companhia , no valor de R\$ 16.201 decorrente da capitalização de parte da reserva estatutária de expansão, sem emissão de ações.

Nessa mesma data, foi integralizado o montante de R\$ 322 referente ao exercício de compra de ações outorgadas em exercícios anteriores.

Em 12 de março de 2010, aprovou-se aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado indicado no artigo 5º, § 2º de seu estatuto social e em conformidade com o disposto no artigo 170, caput , da Lei nº 6.404/76, em razão do exercício da opção de compra de ações de parte dos beneficiários dos Planos de opções de compra de ações da Companhia, nos valores de R\$323 mediante a emissão de 154 mil novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, respectivamente.

Em 14 de abril de 2010, aprovou-se o aumento do capital social da Companhia para R\$ 523.453, correspondente, portanto, a um aumento de R\$ 411.267, líquido das comissões e despesas, mediante a subscrição pública de 37.037.037 ações, pelo preço por ação de R\$ 11,50. A forma de integralização das ações foi feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente do país.

Em 2009, cada ação preferencial classe A dava direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral e gozavam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação. Com a abertura do capital, todas as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias.

Em virtude de tais eventos, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 523.453 representado por 124.611 mil ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(a.1) Conta redutora do patrimônio líquido

Os custos de transações incorridos na captação de recursos por intermédio da oferta inicial de ações no montante de R\$ 14.659, estão destacados como conta redutora do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos fiscais.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	30 de setembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Nacht Participações S.A			2	0,01%
Participação e Empreend. Staldzene S.A.	48.980	39,31%	63.427	72,55%
Península Fundo de Investimentos	3.853	3,09%		
Natipriv Global L.L.C	3.853	3,09%	11.995	13,72%
Outros (**)	67.925	54,51%	11.995	13,72%
			2	0,01%
	<u>124.611</u>	<u>100,00%</u>	<u>87.421</u>	<u>100,00%</u>

(**) Em 14 de abril de 2010 com a abertura e o aumento de capital houve diluição na participação societária dos controladores em virtude de um maior número de ações em circulação no mercado.

(b) Reservas de Lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de retenção de lucros

A Reserva para retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembléia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial refere-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária mencionada na Nota 1.

(c) Outras reservas

(c.1) Reserva para hedge de fluxo de caixa (Ajuste de avaliação patrimonial)

A reserva para hedge de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$ 4.179. No ano de 2009 até junho de 2010 o ganho ou perda dessas operações eram reconhecidas no resultado porque a Companhia ainda não havia preparado a documentação necessária para o "Hedge Accounting".

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.2) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$ 14.659 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações e reserva para prêmio de opções de ações, dos planos de stock options para os empregados no montante de R\$ 842 (em 31 de dezembro 2009 - R\$ 5.728), conforme Nota 12.

18 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>30 de setembro 2010</u>	<u>30 de setembro 2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	73.222	48.640
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	124.611	87.220
Lucro básico por ação	0,59	0,56

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>30 de setembro 2010</u>	<u>30 de setembro 2009</u>
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	73.222	48.640
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	124.611	87.220
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	2.570	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	127.181	87.220
Lucro diluído por ação	0,58	0,56

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

19 Receita líquida de vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009
Locação	288.452	229.802
Vendas	29.436	8.018
Assistência técnica	124.483	87.977
Indenizações e recuperação	13.874	4.651
Impostos sobre vendas e serviços cancelamentos e descontos	(39.420) (21.158)	(28.230) (15.588)
	<u>395.667</u>	<u>289.630</u>

20 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

NATUREZA	30/9/2010			30/9/2009		
	custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	TOTAL	custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativa s	TOTAL
Pessoal	(85.929)	(56.533)	(142.462)	(58.720)	(39.481)	(98.201)
Terceiros	(3.938)	(10.395)	(14.333)	(4.221)	(5.683)	(9.905)
Frete	(8.940)	(328)	(9.268)	(4.484)	(520)	(5.005)
Material Construção/Manutenção e reparo	(17.433)	(4.394)	(21.827)	(9.901)	(4.625)	(14.526)
Aluguel de equipamentos	(4.480)	(3.829)	(8.309)	(10.019)	(2.544)	(12.563)
Aluguel outros	(4.799)		(4.799)	(2.566)		(2.566)
Viagem	(4.384)	(5.613)	(9.997)	(3.255)	(2.930)	(6.185)
Depreciação	(30.995)	(1.151)	(32.146)	(20.618)	(845)	(21.463)
Amortização de intangível		(359)	(359)		(258)	(258)
Baixa de ativos	(1.384)		(1.384)	(255)		(255)
Vendas (CMV)	(15.217)		(15.217)	(4.027)		(4.027)
Provisão para Devedores-PDD	-	(695)	(695)	-	(2.689)	(2.689)
Plano de Ações	-	(258)	(258)	-	(3.045)	(3.045)
Atualização provisões	-	2.553	2.553	-	(2.400)	(2.400)
Resultado não operac.	-	(778)	(778)	-	60	60
Partes.Relacionadas.	-	(10.948)	(10.948)	-	(9.268)	(9.268)
Outros	(819)	(7.976)	(8.795)	(583)	(6.393)	(6.976)
	<u>(178.318)</u>	<u>(100.704)</u>	<u>(279.022)</u>	<u>(118.651)</u>	<u>(80.621)</u>	<u>(199.272)</u>

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal para montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando esta montagem é feita pela própria Mills, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos

As despesas gerais e administrativas referem-se às despesas com os depósitos, a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Abaixo detalhamos estes três grupos.:

	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009
Despesa com depósito	14.652	10.330
Despesa com coordenação de contrato	48.332	36.048
Despesas administrativas	17.899	9.742
	<u>80.883</u>	<u>56.120</u>
21 Receitas e despesas financeiras		
(a) Receitas financeiras		
	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009
Receitas de juros por recebimentos de faturas em atraso	578	337
Receitas de aplicação financeira	12.806	285
Descontos obtidos	405	34
Variação cambial e monetária ativa	53	3
Outras	12	5
	<u>13.854</u>	<u>664</u>
(c) Despesas financeiras		
	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009
Juros de empréstimos	8.788	12.525
Variação monetária passiva	821	
Juros de arrendamento financeiro	7.362	5.554
Juros - outros	930	233
Tarifas bancárias	459	319
Imposto sobre operações financeiras - IOF	472	58
Resultado das operações de swap líquido	1.332	284
Outras	85	179
Ajuste valor presente	(294)	(349)
	<u>19.955</u>	<u>18.803</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

22 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS-8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois estes é que geram a receita da Companhia, lucro líquido e Ebtida de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pelo Conselho de Administração contendo as seguintes divisões:

Divisão de construção

Fornecimento de soluções específica de engenharia e equipamentos, especificamente com relação a formas de concretagem e estruturas de escoramentos, destinados a construção de grandes estruturas, planejamento, projeto, supervisão técnica , equipamentos e serviços correlatos.

Divisão Jahu

Fornecimento de formas e concretagem, escoramentos e andaimes no âmbito da prestação de serviços de soluções especiais de engenharia para construção civil, com ênfase no setor de construção residencial e comercial, fornecendo planejamento, projeto, supervisão técnica , equipamentos e serviços relacionados.

Divisão de Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção , preventiva e corretiva , em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

Divisão Rental

Fornecimento de equipamentos motorizados de acesso (plataformas de trabalho aéreas) e manipuladores telescópios para elevação de pessoas e transporte de cargas em alturas consideráveis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro e no EBITDA.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Jahu		Serviços Industriais		Rental		Total	
	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2009
Receita líquida	120.081	106.827	72.363	43.921	138.965	100.207	64.258	38.675	395.667	289.630
(-) Custos e despesas	(59.771)	(53.505)	(40.127)	(21.796)	(118.644)	(85.690)	(27.977)	(16.564)	(246.519)	(177.555)
(-) Depreciação	(11.990)	(9.052)	(4.396)	(2.158)	(5.590)	(4.746)	(10.529)	(5.760)	(32.505)	(21.716)
Lucro operacional	48.320	44.270	27.840	19.967	14.731	9.771	25.752	16.351	116.643	90.359
Receita financeira	4.954	256	2.910	136	2.445	127	3.546	145	13.855	664
Despesa financeira	(7.135)	(7.253)	(4.191)	(3.849)	(3.521)	(3.583)	(5.107)	(4.119)	(19.954)	(18.804)
Lucro antes do IRPJ/CSL	46.139	37.273	26.559	16.254	13.655	6.315	24.191	12.377	110.544	72.219
(-) IRPJ/CSL	(15.577)	(12.168)	(8.968)	(5.307)	(4.610)	(2.062)	(8.167)	(4.042)	(37.322)	(23.579)
Lucro Líquido	30.562	25.105	17.591	10.947	9.045	4.253	16.024	8.335	73.222	48.640
EBITDA	60.312	53.322	32.236	22.125	20.321	14.517	36.281	22.111	149.150	112.075

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo por segmento de negócio

	30 de setembro 2010				
	Construção	Jahu	Serviços Industriais	Rental	Total
Imobilizado	162.392	95.715	67.608	170.076	495.791
Outros ativos	<u>127.995</u>	<u>109.314</u>	<u>82.406</u>	<u>82.780</u>	<u>402.495</u>
Ativo total	<u>290.387</u>	<u>205.029</u>	<u>150.014</u>	<u>252.856</u>	<u>898.286</u>

	31 de dezembro 2009				
	Construção	Jahu	Serviços Industriais	Rental	Total
Imobilizado	110.122	35.715	49.290	80.861	275.988
Outros ativos	<u>47.674</u>	<u>54.191</u>	<u>51.875</u>	<u>10.566</u>	<u>164.306</u>
Ativo total	<u>157.796</u>	<u>89.906</u>	<u>101.165</u>	<u>91.427</u>	<u>440.294</u>

23 Instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	4.786	1.575
Títulos e valores mobiliários	192.144	-
Contas a receber de clientes e outras	111.110	75.917
Depósitos Judiciais	6.360	5.960
	<u>314.400</u>	<u>83.452</u>
Outros passivos financeiros		
Empréstimos a taxas pós - fixadas	65.027	105.833
Arrendamento financeiro	71.469	78.105
Contas a pagar a fornecedores	28.606	11.713
Passivos financeiros ao valor justo e derivativos		
Derivativos em hedge eficazes	4.179	
Planos de opções de ações	<u>841</u>	<u>6.311</u>
	<u>170.122</u>	<u>201.962</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(a.1) Valor justo dos títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(a.2) Valor justo, do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(a.3) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de setembro de 2010	31 de dezembro de 2009
BNDES	TJLP	17.448	4.187	16.419	4.284
Capital de Giro	CDI	49.525	105.216	48.608	101.550
Leasing	CDI	79.143	78.149	77.468	78.105

(b) Instrumentos financeiros Derivativos - hedge

(a) Política de Contratação de Derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$ 10.000 (Dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo conselho, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$ 100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de hedge. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

(b) Os derivativos podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valores a receber/ a pagar</u>	<u>Perdas não realizados</u>
	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Contratos de swap				
Posição ativa				
Citibank				
Santander/ABN	65.969	65.950	66.053	
Posição passiva				
Citibank				
Santander/ABN	65.969	66.294	66.192	(344)

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Valor de referência (nocial)	Valor justo	Valores a receber/a pagar
	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010
Tipo			
Contratos de swap (CDI x Dólar)			
Posição ativa	18.721	17.721	17.932
Posição Passiva	18.721	19.812	19.818
Total		(2.092)	(1.885)
	Valor de referência (nocial)	Valor justo	Valores a receber/a pagar
	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010
Tipo			
Contratos de swap (CDI x Euro)			
Posição ativa	576	594	601
Posição Passiva	576	584	583
Total	-	10	18
		Valor de referência (nocial)	Valor justo
		30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010
Tipo			
NDF			
Compra a Termo		140.778	(2.443)

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Risco	Instrumento/operação	Descrição	Cenário I (provável)	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa de juros	Dívida BNDES - TJLP	Acréscimo no indicador	16.419	16.446	16.474
	Leasing - CDI	Acréscimo no indicador	77.469	80.453	83.489
	Capital de giro - CDI	Acréscimo no indicador	48.608	48.637	48.671
Total			142.496	145.536	148.634
Variação				2,1%	4,3%
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(18.251)	(22.814)	(27.377)
	Resultado dos Contratos de swap **	Acréscimo na taxa de câmbio	(1.910)	3.090	7.542
Total			(20.161)	(19.724)	(19.835)
Variação				-2,2%	0,6%
Taxa de câmbio (EURO)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(597)	(746)	(895)
	Resultado dos Contratos de swap **	Acréscimo na taxa de câmbio	17	157	307
Total			(580)	(589)	(588)
Variação				2%	0%
Taxa de câmbio (USD)	Compromissos comerciais*	Acréscimo na taxa de câmbio	(129.266)	(161.582)	(193.899)
	NDF	Acréscimo na taxa de câmbio	(10.666)	20.804	53.120
Total			(139.932)	(140.778)	(140.779)
Variação				0,6%	0,0%

* Compromissos comerciais de compra de equipamentos firmado em moeda estrangeira (USD), mas não contabilizados (Nota 22).

** Os contratos de swaps são firmados para troca de 100% do risco da moeda estrangeira (USD) para moeda nacional (R\$).

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referência	Cenário I Manutenção da taxa	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI (%) (i)	10,75%	13,44%	16,13%
TJLP (%) (ii)	6,00%	7,50%	9,00%
US\$ (%) (iii)	1,6942	2,1178	2,5413
Euro (%) (iv)	2,3104	2,8880	3,4656

- (i) Como relação ao risco de juros, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros a manutenção da taxa Selic, conseqüentemente da taxa CDI, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP para os próximos três meses, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.
- (iii) e (iv) A administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a manutenção da taxa de câmbio para os próximos três meses e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários.

(e) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de hedge (swap) da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como hedge accounting.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

(f) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de hedge accounting (swap) realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens hedgeados (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

No período foi registrado, em contrapartida dos bens do imobilizado, o montante de R\$ 818, relativa a perdas auferidas em operações de swap.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

(g) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos, em aberto.

(h) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

24 Obrigações e compromissos

A Companhia possui ordens de compra de equipamentos com fornecedores estrangeiros no valor aproximado de US\$ 87 milhões e EUR 258 mil (em 31 de dezembro de 2009 - US\$ 34 milhões e zero respectivamente) com previsão de pagamento em 2010, 2011 e 2012. Conforme nota 22, a Companhia contratou instrumentos derivativos para se proteger da exposição cambial entre a data do pedido e a data da liquidação dessas obrigações.

25 Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, a Companhia contratou seguro contra riscos de responsabilidade civil, cuja cobertura, em 30 de setembro de 2010, montava a R\$ 15.800 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 13.000), considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros.

26 Eventos subsequentes

Aquisição de participação na Rohr S/A Estruturas Tubulares

Em 19 de janeiro de 2010, a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (Mills) celebrou contrato de compra e venda para adquirir 25% do capital social votante e total da Rohr S/A Estrutura Tubulares (Rohr) por R\$ 90 milhões, valor que foi pago em 8 de fevereiro de 2011. A Rohr ainda não divulgou suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto não foi possível apurar o provável ágil contábil da operação.

A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, com mais de 45 anos de experiência no mercado. A empresa atua nos setores de construção pesada e infraestrutura, construção predial, manutenção industrial e eventos.

A Companhia não participará da administração da Rohr, tratando-se de uma aquisição estratégica, na qual a Mills visa ampliar sua exposição aos seus setores de atuação - infraestrutura, construção residencial e comercial, indústria de óleo e gás, entre outro.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado**

Redução de capital do principal acionista

A Nacht Participações S.A. - Nacht, (acionista majoritário e controlador) reduziu seu capital social, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2011.

Após capitalização de parcela dos lucros acumulados e da reserva legal, houve a redução do capital social da Nacht. A referida redução de capital se dará através da entrega de ações de emissão da Mills atualmente detidas pela referida companhia para alguns de seus acionistas, após o período de 60 dias para oposição de credores previsto em lei.

Como consequência da redução de capital, a participação da Nacht no capital social votante e total da Mills será reduzida em 17,2%, passando de 39,0% para 21,8% e os acionistas Jeroboam Investments LLC (Jeroboam), Andres Cristian Nacht (Cristian Nacht) e Jytte Kjellerup Nacht (Jytte Nacht) passarão a ter uma participação direta de 15,3%, 1,4% e 0,5% da Mills, respectivamente.

Além disso, para fins de regular seu relacionamento como acionistas da Mills e permanecerem qualificados, conjuntamente, como grupo controlador da Mills, mesmo após redução de capital da Nacht, todos os acionistas da Nacht em 11 de fevereiro de 2011, que incluem a empresa Jeroboam e os membros da família Nacht (Família Nacht), inclusive Cristian Nacht e Jytte Nacht, celebraram acordo de acionistas para regular o direito de voto e a transferência de ações da Nacht e da Mills.

Os principais termos deste acordo de acionistas são: (a) manutenção da Família Nacht e Jeroboam como grupo controlador da Mills, (b) exercício conjunto do direito de voto em toda e qualquer deliberação pertinente a Mills, (c) nomeação do Cristian Nacht como representante do grupo controlador no Conselho de Administração e nas Assembleias da Mills, e (d) proibição de alienação das ações da Mills de mais de 10% da participação que cada um dos acionistas detiver, individualmente, para terceiros.

A redução de capital da Nacht e a celebração do acordo de acionistas não provoca qualquer alteração na estrutura administrativa e no controle da Companhia, que permanecerá detido pela família Nacht na mesma proporção detida anteriormente. Adicionalmente, esta operação não envolve alteração no número de ações ou no valor capital social da Mills.

Revisão da vida útil estimada

Conforme descrito na nota 9, em 2010, com o intuito de corroborar a avaliação de seus responsáveis técnicos, a Companhia contratou avaliadores independentes que emitiram laudo de avaliação datado de 4 de fevereiro de 2011.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação apurada está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, portanto não houve alteração da taxa de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010.

Incorporação do Principal acionista

Em 30 de Novembro de 2010 ocorreu a incorporação da Participação e empreendimentos Staldzene S.A , controladora majoritária da Mills , pela Nacht participações S.A que desde então passou a ser controladora da Mills .

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Emissão de debêntures

Em 18 de abril de 2011, foi realizada oferta pública de distribuição de 27 mil Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$270 milhões, taxa de juros equivalente a 112,5% do CDI e com prazo de vencimento de cinco anos. As Debêntures têm valor nominal unitário de R\$10, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

27 Informações Adicionais

(a) Demonstração do Valor Adicionado do período (b) de nove meses findo em 30 de setembro

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	456.244	330.455
Cancelamentos e descontos	(21.158)	(12.588)
Outras receitas (venda de ativos)	71	115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(693)	(2.758)
	<u>434.464</u>	<u>315.224</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(15.217)	(4.027)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.955)	(42.079)
Baixa de ativos de locação	(1.107)	(299)
Outros	(1.334)	(1.013)
	<u>(81.613)</u>	<u>(47.418)</u>
Valor adicionado bruto	352.851	267.806
Depreciação, amortização e exaustão	(32.505)	(21.479)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>320.346</u>	<u>246.327</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Amortização de ágio		
Provisão para perda (baixa de investimentos)		
Receitas financeiras	13.849	2.655
	<u>13.849</u>	<u>2.655</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>334.195</u>	<u>248.982</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	130.445	95.349
Remuneração direta	102.026	76.403
Benefícios	22.256	14.553
FGTS	6163	4.394
Impostos, taxas e contribuições	97.173	69.884
Federais	87.713	64.258
Estaduais	2602	563
Municipais	6857	5.063
Remuneração sobre o capital de terceiros	33.358	35.109
Juros e variações cambiais	20.250	19.109
Aluguéis	13.108	16.000
Remuneração sobre o capital próprio	73.222	48.640
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-
Lucros retidos/prejuízo do exercício	73.222	48.640
	<u>334.197</u>	<u>248.982</u>
Valor adicionado distribuído	<u>334.197</u>	<u>248.982</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Notas explicativas da administração às
informações trimestrais em 30 de setembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Demonstração do resultado abrangente

	<u>01/04/2010 a</u> <u>30/09/2010</u>	<u>01/01/2010 a</u> <u>30/09/2010</u>	<u>01/07/2009 a</u> <u>30/09/2009</u>	<u>01/01/2009 a</u> <u>30/09/2009</u>
Lucro líquido do exercício	<u>28.455</u>	<u>73.222</u>	<u>32.071</u>	<u>32.071</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Hedge de fluxos de caixa	<u>(3.671)</u>	<u>(4.179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>24.784</u></u>	<u><u>69.043</u></u>	<u><u>32.071</u></u>	<u><u>32.071</u></u>

(d) Demonstração da mutação do patrimônio líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro

	Capital			Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	Legal	Para investimentos	Especial		
Em 1º de janeiro de 2009	67.124		(58)		23.279			90.345
Incorporação do acervo líquido da Mills Andaimos Tubulares e Mills Indústria e comércio	13.725	(337)	1.837		4.044			19.269
Incorporação da Itapoã Participações	20					6.763		6.783
Integralização de capital		82						82
Aumento de capital - subscrição de novas ações								-
Realização de reserva de capital			58					58
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã								-
Resultado do Período							48.640	48.640
Plano de opções de ações			2.917					2.917
Destinação do lucro líquido								-
Constituição de reservas estatutárias sobre o lucro líquido								-
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos								-
Em 1º de outubro de 2009	80.869	(255)	4.754	-	27.323	6.763	48.640	168.094
Incorporação do acervo líquido da Mills Andaimos Tubulares e Mills Indústria e comércio								-
Incorporação da Itapoã Participações								-
Integralização de capital		(67)						(67)
Aumento de capital - subscrição de novas ações (AGE 01/10)	134							134
Realização de reserva de capital								-
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã						(1.394)	1.394	-
Resultado do Período							19.748	19.748
Plano de opções de ações			974					974
Destinação do lucro líquido								-
Constituição de reservas estatutárias sobre o lucro líquido				3.419	50.121		(53.540)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos							(16.242)	(16.242)
Em 31 de dezembro de 2009	81.003	(322)	5.728	3.419	77.444	5.369	-	172.641

* * *